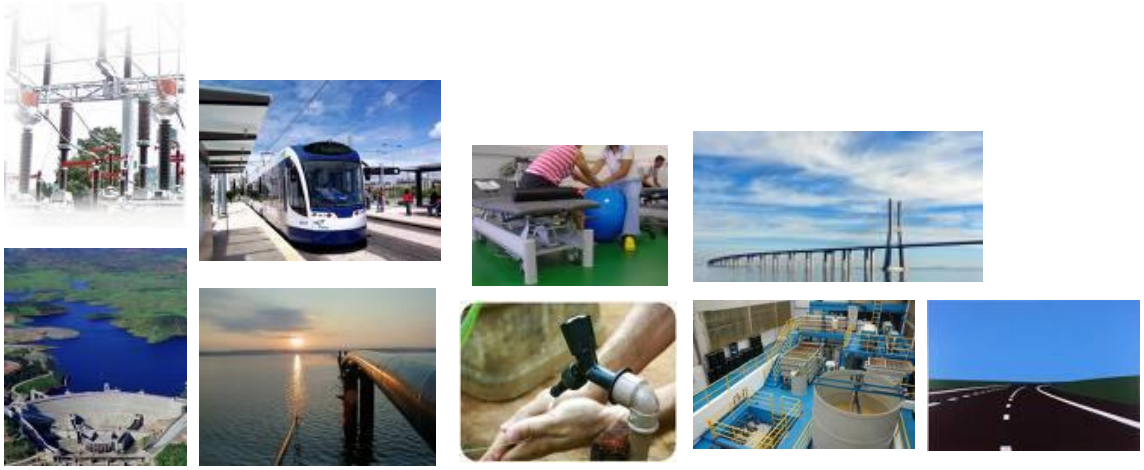
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

GASEPC – GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO, PARCERIAS E CONCESSÕES

Boletim Informativo
Parcerias Público-Privadas e Concessões

1.º Trimestre 2012



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO ---------- 3

PARTE - A - PPP ---------- 4

1. O UNIVERSO DAS PPP ---------- 4

2. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS PARCERIAS ---------- 5

2.1. Sector Rodoviário ---------- 5

2.2. Sector Ferroviário ---------- 7

2.3. Sector da Saúde ---------- 7

3. FLUXOS FINANCEIROS DAS PARCERIAS ---------- 8

3.1. Encargos Líquidos Globais ---------- 8

3.2. Encargos por Sector ---------- 10

3.2.1. Sector Rodoviário ---------- 10

3.2.2. Sector Ferroviário ---------- 12

3.2.3. Sector da Saúde ---------- 13

3.2.4. Outros Sectores ---------- 14

4. PPP - NOTAS FINAIS ---------- 15

5. PPP - ANEXOS ---------- 16

PARTE - B - CONCESSÕES ---------- 18

6. O UNIVERSO DAS CONCESSÕES ---------- 18

7. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS CONCESSÕES ---------- 19

7.1. Sector do Ambiente – Saneamento, Águas e Resíduos ---------- 19

7.2. Sector Energético ---------- 20

8. FLUXOS FINANCEIROS DAS CONCESSÕES ---------- 21

8.1. Sector Portuário ---------- 21

9. CONCESSÕES - ANEXOS ---------- 23

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim reporta a informação do 1.º trimestre de 2012, referente a projetos desenvolvidos pelo Estado nas modalidades de parceria público-privada (PPP) e de concessão.

No 1.º trimestre de 2012 destacam-se os seguintes factos:

- Na sequência do concurso público internacional para realização de auditoria às PPP – conforme o estabelecido em memorando com a equipa de assistência técnica da Troika, a empresa *Ernst & Young* está a realizar a auditoria a 36 projetos de PPP. A conclusão deste trabalho está prevista para o próximo mês de junho.
- Em março de 2012, o Conselho de Ministros aprovou um novo regime jurídico aplicável às parcerias público-privadas que envolverá a definição, conceção, preparação, lançamento, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento destes projetos.

  «O novo regime jurídico das parcerias público-privadas corresponde a um objetivo firme do Programa do Governo e responde a um compromisso assumido no âmbito do Programa de Assistência Financeira.

  O regime agora aprovado passa, designadamente, a considerar as empresas públicas e as entidades por estas constituídas como parceiros públicos, a exigir a elaboração de uma matriz de partilha de riscos e análises de custo-benefício, de comportabilidade orçamental e de sensibilidade.

  Estas exigências visam a verificação da sustentabilidade de cada parceria face a variações de procura e a alterações macroeconómicas, bem como tornar mais transparente o desenvolvimento dos respetivos projetos mediante a publicitação obrigatória de vários documentos.

  Na dependência do membro do Governo responsável pela área das finanças, funcionará uma Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, que assume responsabilidades no âmbito da preparação, desenvolvimento, execução e acompanhamento global dos processos de PPP.» - Comunicação do Conselho de Ministros de 22/03/2012.

Em termos de fluxos financeiros dos encargos com as PPP, realizou-se no 1º trimestre de 2012, 33,6% dos fluxos previstos para o ano. De realçar que este trimestre regista um acréscimo de 28,8% dos encargos líquidos, face ao período homólogo, em particular devido ao crescimento acentuado dos encargos nas parcerias da saúde.

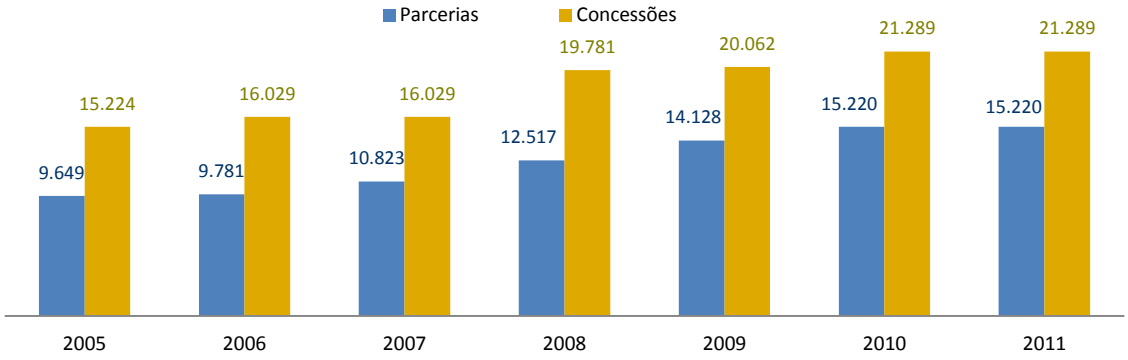
Lisboa, 15 de maio de 2012

PARTE - A - PPP

1. O UNIVERSO DAS PPP

Gráfico 1.1. Evolução do Investimento acumulado

(Preços de 2012 – Milhões de Euros)

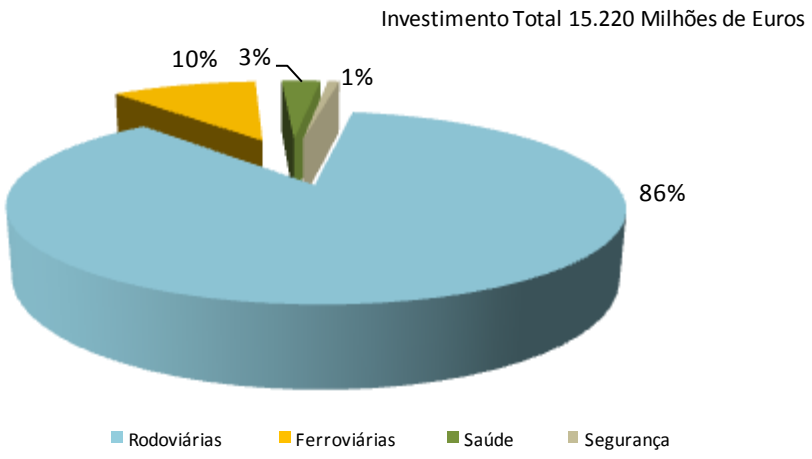


Fonte: DGTF

Nota: Os valores refletem os investimentos pela sua totalidade (estimados nos casos base) à data da sua contratação, atualizados, a preços de 2012. Neste gráfico, excluiu-se o projeto Alta Velocidade Ferroviária – PPP1 - Poceirão – Caia, dado que o contrato não obteve o visto do Tribunal de Contas.

Gráfico 1.2. Repartição do Investimento acumulado em regime de PPP por sector

(Preços de 2012 – Milhões de Euros)



Fonte: DGTF

Os contratos no sector rodoviário representam a maior fatia (86%) de investimentos em regime de PPP. De salientar que o sector rodoviário possui 23 dos 36[1] contratos em exploração ou construção.

[1] Inclui o contrato de Concessão SIEV - Sistema Identificação Electrónica de Veículos, SA (detido a 100% pela DGTF).

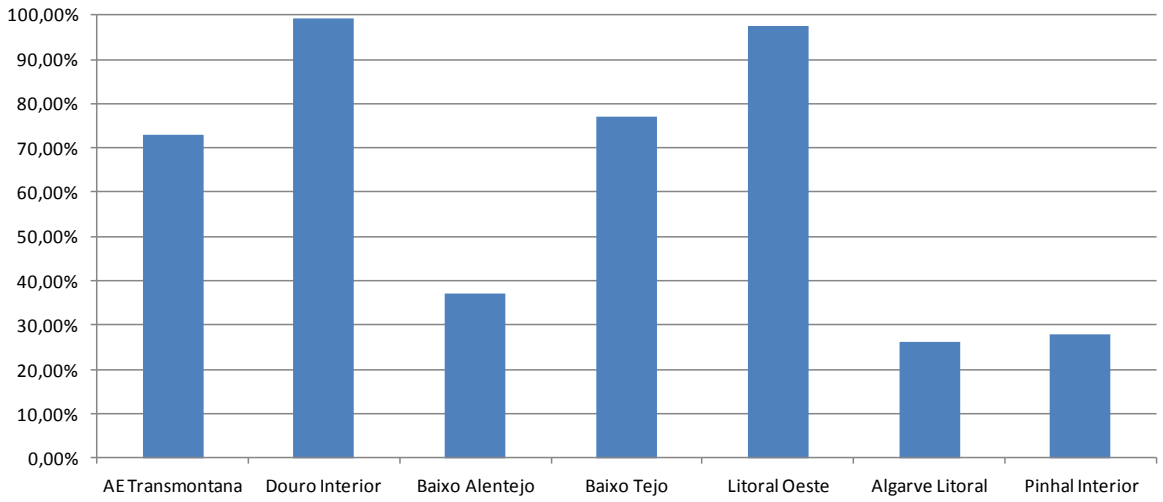
2. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS PARCERIAS

2.1. Sector Rodoviário

Data	Evento
11-01-2012	Parte das vias da concessão Grande Lisboa passaram para a Estradas de Portugal S.A., sendo esta a entidade responsável pela sua exploração: • A16/IC16 Lisboa (IC17) — nó de Belas (IC18); • A30/IC2 Sacavém (IP1) — Santa Iria da Azoia (IP1); • A36/IC17 Algés — Sacavém (IP1); • A37/IC19 Buraca (IC17) — Ranholas (IC30); • A40/IC22 Olival de Basto (IC17) — Montemor (IC18); • IP7 — Eixo Rodoviário Norte – Sul.
10-02-2012	Publicação da Portaria n.º41/2012 de 10 de fevereiro - Fixa o regime de modulação do valor das taxas de portagem em benefício dos veículos das Classes 2, 3 e 4 afetos ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem ou público, nos lanços e sublanços de autoestrada abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de novembro.

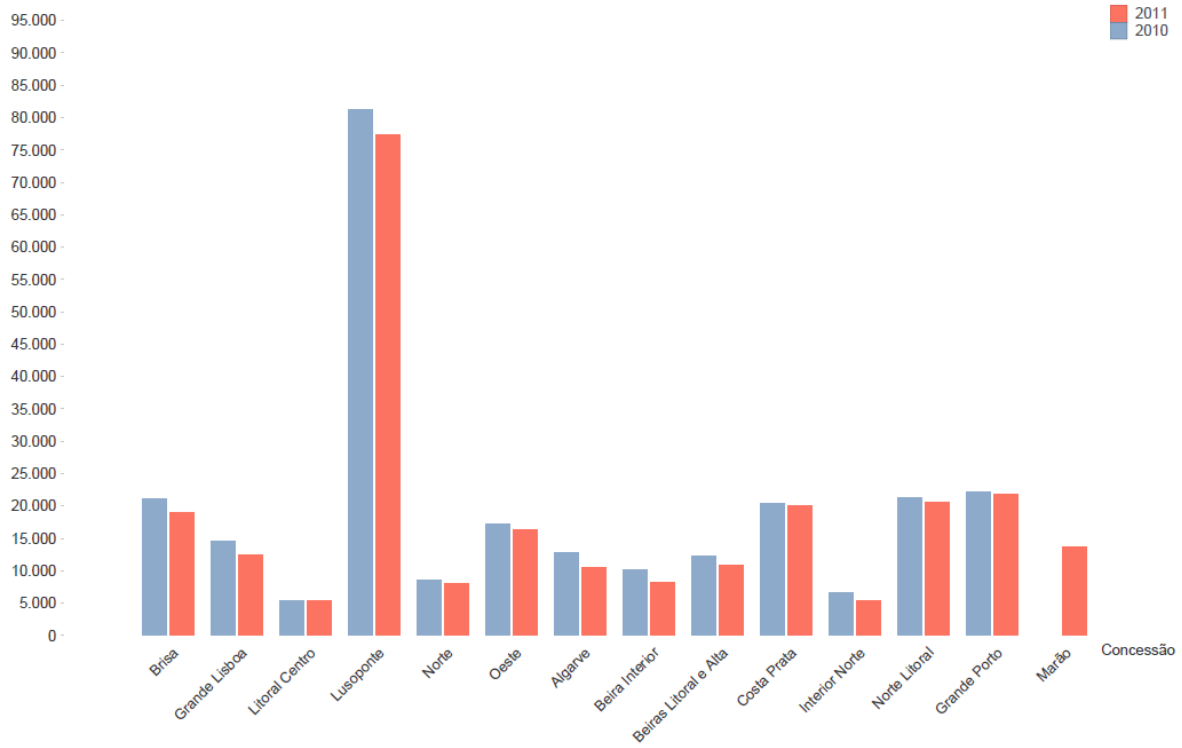
Fonte: Diário da República Eletrónico e DGTF.

Gráfico 2.1. Percentagens de realização das obras nas subconcessões da EP a 31.03.2012



Fonte: Estradas de Portugal SA

Gráfico 2.2. Variação do Tráfego Médio Diário por Concessão em períodos homólogos - Dezembro



Fonte: Inir - Relatório de Tráfego na RNA 4º Trimestre 2011

No final do 4º trimestre[2] de 2011, a generalidade das concessões registava um ligeiro decréscimo no tráfego, face a igual período do ano anterior. Neste caso, as ex-scuts que apresentaram maior decréscimo foram: Grande Lisboa, Beira Interior, Interior Norte e Algarve (de salientar que a Beira Interior, Interior e Algarve passaram a ser portajadas em dezembro).

[2] Dados mais recentes disponibilizados pelo INIR.

2.2. Sector Ferroviário

Data	Evento
21-03-2012	O Tribunal de Contas recusou «o visto ao contrato sobre a concessão do projeto, construção, financiamento, manutenção e disponibilização de infraestruturas ferroviárias no troço Poceirão-Caia e ainda do projeto, construção, financiamento, manutenção, disponibilização e exploração da Estação de Évora entre "REFER E.P.E." - Estado Português, enquanto Concedente, e a sociedade "ELOS — Ligações de Alta Velocidade, S.A.». Acórdão nº 9/2012 - mar. 21 - 1ª S/SS do Tribunal de Contas – Relativo ao Troço Poceirão – Caia.

Fonte: Tribunal de Contas - Diário da República Eletrónico

2.3. Sector da Saúde

Data	Evento
09-03-2012	Depois da abertura ao público em janeiro, de uma forma faseada, o novo edifício hospitalar de Loures “Hospital Beatriz Ângelo” encontra-se a funcionar em pleno. O Hospital deverá servir uma população de 272 mil habitantes, dos concelhos de Loures, Mafra, Odivelas e Sobral de Monte Agraço.

Fonte: ACSS - Ministério da Saúde

3. FLUXOS FINANCEIROS DAS PARCERIAS

3.1. Encargos Líquidos Globais

Quadro 3.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

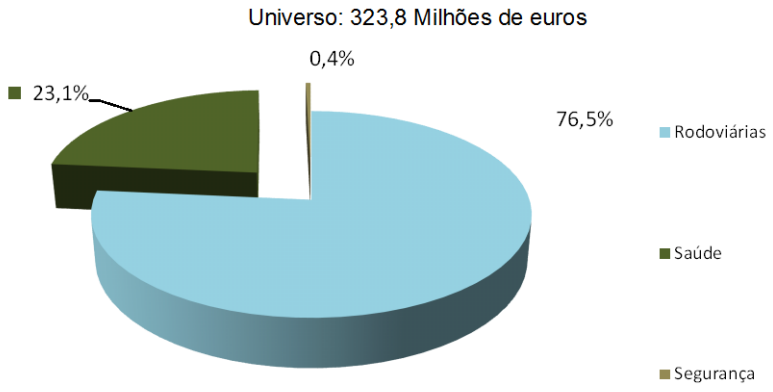
Parcerias	1T 2011				1T 2012				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	**Global**
Rodoviárias	226,0	13,8	34,8	205,0	278,9	21,0	52,2	247,7	20,8%
Ferroviárias	2,0	0,0	1,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Saúde	43,6	0,0	0,0	43,6	74,8	0,0	0,0	74,8	71,6%
Segurança	2,2	0,0	0,0	2,2	1,3	0,0	0,0	1,3	-39,5%
TOTAL PPP	273,8	13,8	36,3	251,3	355,0	21,0	52,2	323,8	28,8%

Fonte: Entidades Gestoras dos projetos. Valores atualizados à data.
Obs: Os valores constantes da coluna REF (Reequilíbrios Económicos e Financeiros) incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

No 1º trimestre, os fluxos financeiros líquidos do conjunto das parcerias público-privadas, ascendem a 323,8 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 72,5 milhões de euros face ao período homólogo:

- as parcerias rodoviárias apresentam um acréscimo de 42,7 milhões de euros, em parte pelo acréscimo significativo dos encargos correntes de determinadas concessões (conforme se analisará no ponto 3.2 deste boletim);
- nas parcerias da saúde, os encargos pagos às entidades gestoras dos novos hospitais apresentam um acréscimo de 71,6% face ao período homólogo (conforme se analisará no ponto 3.2);

Gráfico 3.1.1. Repartição dos encargos líquidos do Concedente no 1ºT 2012

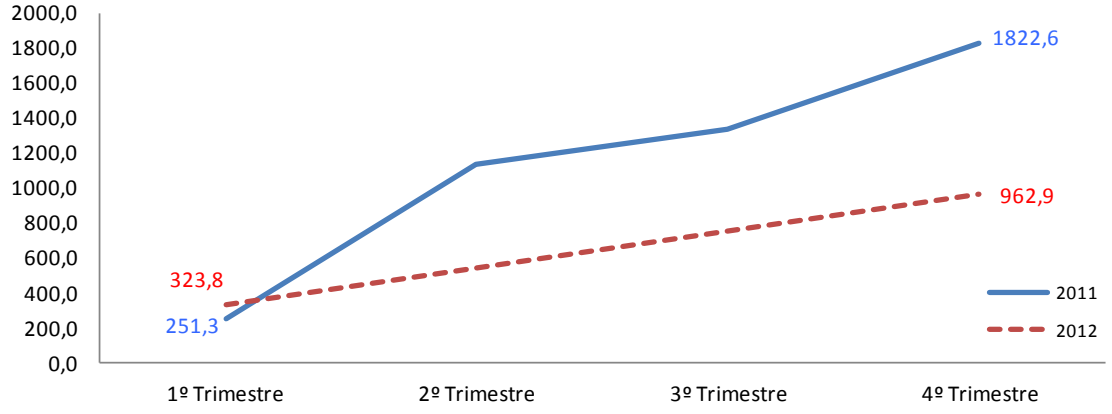


Fonte: DGTF

Os fluxos financeiros do sector rodoviário no final do trimestre representam 77% da totalidade dos encargos suportados no 1º trimestre de 2012 pelo Estado.

Apresenta-se, no gráfico seguinte, a projeção dos fluxos financeiros para o ano de 2012, face ao verificado no ano anterior:

Gráfico 3.1.2. Evolução cumulativa dos encargos líquidos globais (M €)



Fonte: Entidades Gestoras dos projetos
Observação: A Linha a tracejado corresponde à projeção de encargos líquidos acumulados com as PPP

No final do 1º trimestre, os fluxos financeiros líquidos do conjunto das parcerias público-privadas, ascendiam a 323,8 milhões de euros. Os valores cumulativos ficaram acima dos valores normais, face a anos anteriores, no sector rodoviário e na saúde (ver a análise no ponto 3.2. deste boletim).

Quadro 3.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parcerias	PREVISTO 2012				1T 2012 ACUMULADO				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	**Global**
Rodoviárias	937,5	8,6	356,0	590,1	278,9	21,0	52,2	247,7	42,0%
Ferroviárias	0,0	7,4	0,0	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Saúde	320,3	0,0	0,0	320,3	74,8	0,0	0,0	74,8	23,4%
Segurança	45,1	0,0	0,0	45,1	1,3	0,0	0,0	1,3	3,0%
TOTAL PPP	1302,9	16,0	356,0	962,9	355,0	21,0	52,2	323,8	33,6%

Fonte: Entidades Gestoras dos projetos
Obs: Os valores constantes da coluna REF (Reequilíbrios Económicos e Financeiros) incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

Os encargos líquidos totais com as parcerias, no final do 1º trimestre, representam 33,6% dos valores previstos para o ano de 2012.

3.2. Encargos por Sector

3.2.1. Sector Rodoviário

Quadro 3.2.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

Concessões	1T 2011				1T 2012				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Concessão do Algarve (IC4/IP1)	13,3	0,0	0,0	13,3	14,2	0,0	1,6	12,6	-5,2%
Concessão da Beira Interior (IP2/IP6)	48,1	0,0	0,0	48,1	49,3	1,3	5,8	44,8	-6,8%
Concessão Interior Norte (IP3)	46,0	0,0	0,0	46,0	32,7	0,0	1,5	31,2	-32,2%
Concessão das Beiras Litoral e Alta (IP5)	41,6	0,0	0,0	41,6	61,0	19,7	6,9	73,8	77,4%
Concessão Lusoponte	0,0	8,9	0,0	8,9	0,0	0,0	0,0	0,0	-99,7%
Concessão Grande Lisboa	5,3	0,0	2,8	2,5	8,0	0,0	2,4	5,6	126,0%
Concessão do Oeste (AEA)	0,0	4,9	0,0	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	-99,6%
Concessão da Costa de Prata	19,0	0,0	7,7	11,3	31,7	0,0	6,8	24,8	119,9%
Concessão Grande Porto	24,7	0,0	5,6	19,1	35,4	0,0	5,4	30,0	57,2%
Concessão Norte Litoral	11,7	0,0	5,9	5,8	20,1	0,0	5,9	14,2	144,5%
Concessão Autoestrada do Norte	16,3	0,0	12,6	3,7	24,9	0,0	12,4	12,6	239,2%
Concessão Tunel do Marão	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	1,2	n.a.
Outras	0,0	0,0	0,2	-0,2	0,4	0,0	3,5	-3,1	1449,0%
Total	226,0	13,8	34,8	205,0	278,9	21,0	52,2	247,7	20,8%

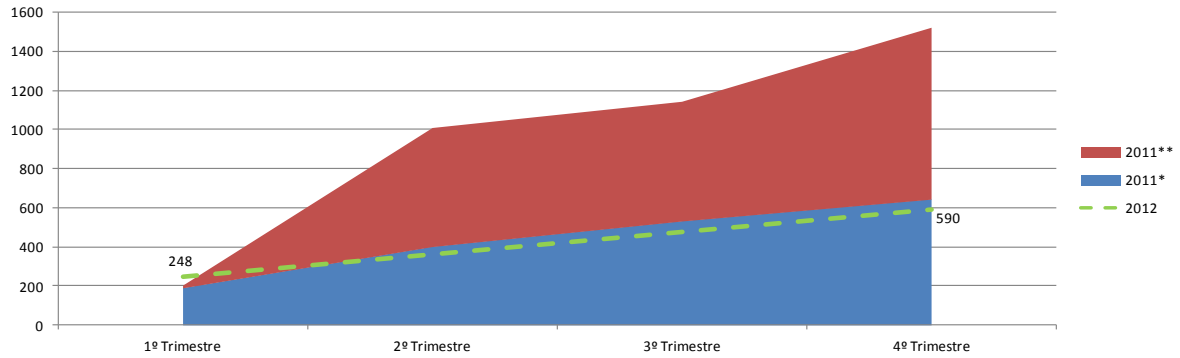
Fonte: Estradas de Portugal SA e DGTF
Observação: Os valores constantes da coluna REF (Reequilíbrios Económicos e Financeiros) incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos Contratos.

No 1º trimestre de 2012, os fluxos financeiros líquidos com PPP rodoviárias ascenderam a 247,7 milhões de euros, assinalando-se um acréscimo de 20,8%, face ao período homólogo do ano anterior, que, no essencial, se ficou a dever ao efeito da alteração no regime de pagamentos no âmbito das concessões "Norte Litoral", "Costa Prata", "Grande Porto", "BLA", "Grande Lisboa" e "Autoestrada do Norte". Na prática, os valores dos 2 trimestres em análise não são comparáveis, porque, enquanto o pagamento de reconciliação[3] efetuado no primeiro trimestre de 2011, apenas englobou acertos relativos a metade do ano de 2010 (uma vez que o regime de disponibilidade naquelas concessões se iniciou em julho de 2010), o pagamento de reconciliação do 1º trimestre de 2012 já contemplou acertos relativos à totalidade do ano de 2011.

No caso da Concessão Beira Litoral e Alta, o reconhecimento do direito das concessionárias a reequilíbrio económico e financeiro dos contratos, em virtude da decisão unilateral do concedente na introdução de portagens nas vias anteriormente sem custos para o utilizador, implicou o pagamento de 19,7 milhões de euros pelo Estado, relativos aos custos de investimento com a colocação dos pórticos para a cobrança virtual de portagens.

[3] **Pagamentos de reconciliação** são os acertos aos pagamentos efetuados no ano anterior com base no tráfego real desse período.

Gráfico 3.2.1.1. Evolução cumulativa dos encargos líquidos PPP Rodoviárias (M €)



Fonte: Estradas de Portugal SA e DGTF
Observação: A Linha a tracejado corresponde à projeção de encargos líquidos acumulados com as PPP Rodoviárias.
2011* - Valor dos encargos (correntes – receitas) das rodoviárias
2011** - Valor dos encargos líquidos totais das rodoviárias (inclui todos encargos, ou seja reposições de equilíbrios financeiros, compensações e investimentos diretos)

Quadro 3.2.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Concessões	PREVISTO 2012				REAL 1T 2012 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Concessão do Algarve (IC4/IP1)	51,1	0,0	38,4	12,8	14,2	0,0	1,6	12,6	98,7%
Concessão da Beira Interior (IP2/IP6)	190,7	0,0	44,1	146,6	49,3	1,3	5,8	44,8	30,6%
Concessão Interior Norte (IP3)	135,0	0,0	17,2	117,8	32,7	0,0	1,5	31,2	26,5%
Concessão das Beiras Litoral e Alta (IP5)	178,6	0,0	42,7	136,0	61,0	19,7	6,9	73,8	54,3%
Concessão Lusoponte	0,0	5,4	0,0	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5%
Concessão Grande Lisboa	23,8	0,0	11,7	12,0	8,0	0,0	2,4	5,6	46,9%
Concessão do Oeste (AEA)	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	13,6%
Concessão da Costa de Prata	98,5	0,0	34,0	64,5	31,7	0,0	6,8	24,8	38,5%
Concessão Grande Porto	110,3	0,0	24,4	85,9	35,4	0,0	5,4	30,0	34,9%
Concessão Norte Litoral	70,5	0,0	37,9	32,6	20,1	0,0	5,9	14,2	43,4%
Concessão Autoestrada do Norte	75,6	0,0	56,6	19,0	24,9	0,0	12,4	12,6	66,2%
Concessão Tunel do Marão	0,0	3,1	0,0	3,1	1,2	0,0	0,0	1,2	37,9%
Outras	3,4	0,0	49,1	-45,7	0,4	0,0	3,5	-3,1	6,8%
Total	937,5	8,6	356,0	590,1	278,9	21,0	52,2	247,7	42,0%

Fonte: Estradas de Portugal SA, DGTF e Relatório OE 2012
Observação: Os valores constantes da coluna REF (Reequilíbrios Económicos e Financeiros) incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos Contratos. Os 19,7 milhões foram liquidados pela DGTF. A EP procedeu à liquidação de 1,3 milhões de euros, relativamente a compensações previstas contratualmente, da concessão Beira Interior.

De sublinhar que os encargos correntes correspondem a 29,7% do valor previsto para o ano, enquanto as receitas representam apenas 14,7% do valor estimado para 2012.

3.2.2. Sector Ferroviário

Quadro 3.2.2.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

Concessões	1T 2011				1T 2012				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Eixo Ferroviário Norte Sul	0,0	0,0	1,5	-1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%
MST-Metro Transportes do Sul	2,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Total	2,0	0,0	1,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%

Fonte: Entidades Gestoras

No corrente trimestre, não se registaram pagamentos ou recebimentos no âmbito destas concessões, em ambas os casos, não estão definidas verbas contratuais para este período.

Quadro 3.2.2.2 Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Concessões	PREVISTO 2012				1T 2012 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Eixo Ferroviário Norte Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
MST-Metro Sul do Tejo	0,0	7,4	0,0	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total	0,0	7,4	0,0	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%

Fonte: Entidades Gestoras e Relatório OE 2012

No corrente ano, estão previstos pagamentos à MST, no valor de 7,4 milhões de euros, correspondentes a compensações por procura insuficiente. A Concessão RAV – Poceirão – Caia, deixou de ser considerada, para efeito de execução, uma vez que não obteve visto do Tribunal de Contas.

3.2.3. Sector da Saúde

Quadro 3.2.3.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parcerias	1T 2011				1T 2012				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
CMFRS - São Brás de Alportel	2,2	0,0	0,0	2,2	1,7	0,0	0,0	1,7	-23,4%
Centro Atendimento do SNS	4,1	0,0	0,0	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Hospital de Cascais	13,7	0,0	0,0	13,7	11,7	0,0	0,0	11,7	-14,3%
Hospital de Braga	23,6	0,0	0,0	23,6	33,2	0,0	0,0	33,2	40,5%
Hospital de Loures	0,0	0,0	0,0	0,0	16,3	0,0	0,0	16,3	n.a.
Hospital de Vila Franca de Xira	0,0	0,0	0,0	0,0	11,9	0,0	0,0	11,9	n.a.
Total	43,6	0,0	0,0	43,6	74,8	0,0	0,0	74,8	71,6%

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

O acréscimo dos encargos suportados pelo concedente (+71,6%), face ao período homólogo, justifica-se pelos seguintes fatores:

1. Passagem da gestão do atual estabelecimento hospitalar de Vila Franca de Xira para o concessionário, no 2º semestre de 2011. De realçar que, as novas instalações estão em construção e ainda não apresentam encargos para o Estado.
2. Abertura do Hospital de Loures em janeiro de 2012, dando início aos pagamentos pelo concedente referentes à gestão do estabelecimento hospitalar e gestão do edifício.
3. Acréscimo da componente de encargos com gestão do edifício do Hospital de Braga, a partir de maio de 2011, com reflexo nos encargos do concedente no 1º Trimestre de 2012 face ao observado no trimestre anterior, cujos pagamentos apenas haviam contemplado a gestão do estabelecimento hospitalar (hospital antigo).

Quadro 3.2.3.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parcerias	PREVISTO 2012				1T 2012 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
CMFRS - São Brás de Alportel	7,5	0,0	0,0	7,5	1,7	0,0	0,0	1,7	22,3%
Centro Atendimento do SNS	12,3	0,0	0,0	12,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Hospital de Cascais	63,0	0,0	0,0	63,0	11,7	0,0	0,0	11,7	18,6%
Hospital de Braga	125,7	0,0	0,0	125,7	33,2	0,0	0,0	33,2	26,4%
Hospital de Loures	63,9	0,0	0,0	63,9	16,3	0,0	0,0	16,3	25,5%
Hospital de Vila Franca de Xira	47,9	0,0	0,0	47,9	11,9	0,0	0,0	11,9	24,9%
Total	320,3	0,0	0,0	320,3	74,8	0,0	0,0	74,8	23,4%

Fonte: Relatório OE 2012 e Estrutura de Missão Parcerias da Saúde.

No 1º trimestre, o valor realizado de 74,8 milhões de euros, corresponde a 23,4% do valor total previsto.

3.2.4. Outros Sectores

Quadro 3.2.4.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parceria	1T 2011				1T 2012				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	2,2	0,0	0,0	2,2	1,3	0,0	0,0	1,3	-39,5%
Total	2,2	0,0	0,0	2,2	1,3	0,0	0,0	1,3	-39,5%

Fonte: MAI/DGIE

No período em análise os pagamentos do concedente relativos ao SIRESP foram pouco expressivos, e registaram um decréscimo face ao período homólogo.

Todavia, à semelhança do que ocorreu no ano transato, é expectável que os mesmos se concentrem nos trimestres seguintes, uma vez que a execução apenas representa 3% face ao total estimado para 2012, conforme quadro seguinte.

Quadro 3.2.4.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

Parceria	PREVISTO 2012				1T 2012 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	45,1	0,0	0,0	45,1	1,3	0,0	0,0	1,3	3,0%
Total	45,1	0,0	0,0	45,1	1,3	0,0	0,0	1,3	3,0%

Fonte: MAI/DGIE e Relatório OE 2012

4. PPP - NOTAS FINAIS

Entre os factos mais relevantes ocorridos já no 2**.º trimestre de 2012** até à data de elaboração do presente Boletim Informativo, destacam-se:

- Em 13-04-2012, foi aprovada por Resolução da Assembleia da República n.º 55/2012 para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à contratualização, renegociação e gestão de todas as parcerias público-privadas do sector rodoviário e ferroviário.

5. PPP - ANEXOS

Quadro 5.1. Concessões PPP Transportes

5.1.1. Sector Rodoviário em Exploração

(*) Investimento (preços de 2012)

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Concessão Lusoponte	Lusoponte – Conc. para a Travessia do Tejo em Lisboa, SA	1995	30	1330,8
Concessão Norte	Ascendi Norte – Auto Estradas do Norte, SA	1999	36	1216,8
Concessão Oeste	Auto-Estradas do Atlântico, SA	1999	30	627,6
Concessão Brisa	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	2000	35	2781,2
Concessão Litoral Centro	Brisal – Auto-estradas do Litoral, SA	2004	30	647,6
Concessão da Beira Interior IP2/IP6	Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior ,SA	1999	30	869,6
Concessão da Costa de Prata IC1/IP5	Ascendi Costa de Prata – Auto Estradas da Costa de Prata, S	2000	30	431,3
Concessão do Algarve IC4/IP1	Euroscut – Sociedade Concessionária da SCUT do Algarve, SA	2000	30	307,3
Concessão Interior Norte IP3	Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, SA	2000	30	678,0
Concessão das Beiras Litoral Alta IP5	Ascendi Beiras Litoral e Alta – Auto Est. das Beiras Litoral e Alta, SA	2001	30	925,3
Concessão Norte Litoral IP9/IC1	Euroscut Norte – Soc. Concessionária da SCUT do Norte Litoral, SA	2001	30	410,4
Concessão Grande Porto IP4/IC24	Ascendi Grande Porto – Auto Estradas do Grande Porto, SA	2002	30	612,7
Concessão Grande Lisboa	Ascendi Grande Lisboa – Auto Estradas da Grande Lisboa, SA	2007	30	195,7
Concessão Douro Litoral	AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, SA	2007	27	845,4
Fonte: Estradas de Portugal SA	Investimento em construção e expropriações			

5.1.2. Sector Rodoviário em Construção

(*) Investimento (preços de 2012)

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Sub-concessão AE Transmontana	Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, SA	2008	30	568,1
Sub-concessão Douro Interior	Ascendi Douro – Estradas do Douro, SA	2008	30	680,2
Concessão Tunel do Marão	Auto Estrada do Marão, SA	2008	30	369,1
Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER – Soc. Port. para a Construção e Exploração Rodoviária, SA	2009	30	407,9
Sub-concessão Baixo Tejo	VBT – Vias do Baixo Tejo, SA	2009	30	288,5
Sub-concessão Litoral Oeste	AELO – Auto-Estradas do Litoral Oeste, SA	2009	30	473,8
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	176,3
Gestão Sist.Identificação Eléctrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	2009	25	n.a.
Sub-concessão Pinhal Interior	Ascendi Pinhal Interior – Auto Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	30	1009,9
Fonte: Estradas de Portugal SA	Investimento em construção e expropriações *n.a. - não aplicado*			

5.1.3. Sector Ferroviário em Exploração

(*) Investimento (preços de 2012)

Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Metro Sul Tejo (1)	MTS,SA	2002	30	346,1
Transp. Ferroviário eixo-norte/sul (2)	Fertagus,SA	1999	11 + 9	1245,6
Fonte: IMTT e Gabinete do MTS	(1) Investimento em Infraestruturas suportada pelo Estado (2) Estimativa do Investimento realizado pela REFER ao abrigo do contrato anterior.			

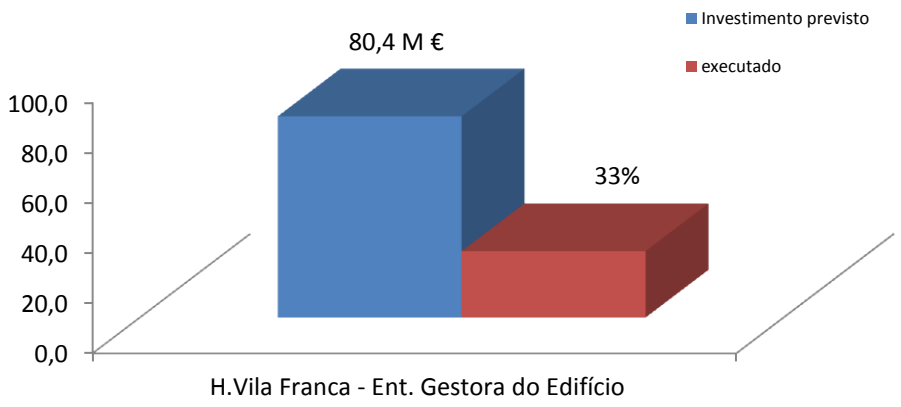
Quadro 5.2. Concessões do Sector da Saúde

(*) Investimento (preços de 2012)

Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€	
Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2006	4	4,5	E
CMFRS - São Brás de Alportel	GP Saúde	2006	7	3,3	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	130,3	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	2009	10	12,1	E
Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	10	17,0	E
Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	59,4	E
Gestão H. Loures-Ent. Gestora Estabelecimento	SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures SA	2009	10	31,2	E
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifíco SA	2009	30	90,4	E
Gestão H. V. Franca - Ent. Gestora do Edifício	Escala Vila Franca - Gestora do Edifício, S.A	2010	30	80,4	C
Gestão H. V. Franca - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Vila Franca – Gest. do Estabelecimento, S.	2010	10	2,6	E
Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde	Investimento em construção e expropriações /equipamento inicial hospitalar				
	Obs: E - Exploração C - Construção				

Gráfico 5.2. Investimentos em curso das Parcerias da Saúde

(Novos edifícios hospitalares – Investimento Previsto M€ e % Execução física)



Fonte: ACSS - Parcerias da Saúde

Quadro 5.3. Outras Concessões

(*) Investimento (preços de 2012)

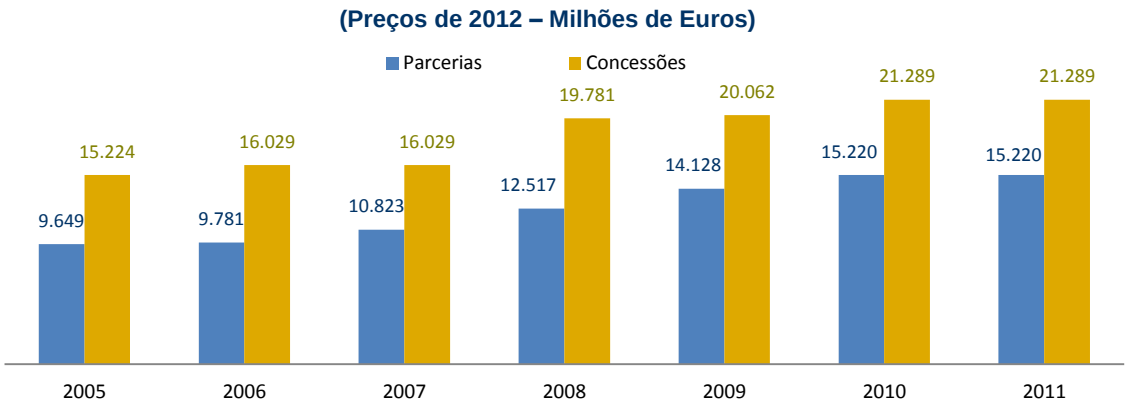
Sector Segurança Interna	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
SIRESP	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2006	15	124,9

Obs: Investimento em infraestruturas e equipamento inicial

PARTE - B - CONCESSÕES

6. O UNIVERSO DAS CONCESSÕES

Gráfico 6.1. Evolução do Investimento acumulado



Nota: Os valores reflectem os investimentos pela sua totalidade (estimados nos casos base) à data da sua contratação.

O universo das concessões, integrando 75 concessões em exploração e 5 em construção, é significativamente superior às parcerias e representa em termos de investimento acumulado 21,3 mil milhões de euros, superando em 39,9% o investimento contratado no âmbito das 35[4] parcerias analisadas nos pontos anteriores.

[4] No gráfico acima, nas PPP não se inclui o valor para a concessão Brisa, dado que se tratar de investimentos realizados no âmbito do Estado, em fase anterior, à atribuição da concessão.

7. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS CONCESSÕES

7.1. Sector do Ambiente – Saneamento, Águas e Resíduos

Data	Evento
02-01-2012	A Simria, empresa do grupo AdP responsável pelo sistema multimunicipal de saneamento da Ria de Aveiro, concluiu os investimentos de alargamento do sistema ao município de Santa Maria da Feira. Esta infraestrutura passou a abranger todas as freguesias daquele município, previstas nos contratos de concessão para uma população total de cerca 91.500 habitantes. Na totalidade, o sistema multimunicipal de saneamento da Ria de Aveiro serve treze municípios (Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Cantanhede, Espinho, Santa Maria da Feira, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos), com uma população total de cerca de 470.000 habitantes.
02-03-2012	A Amarsul, no âmbito de uma parceria com a Secil, já está a produzir combustíveis derivados de resíduos (CDR) no Ecoparque de Palmela. O fornecimento deste CDR pela Amarsul está estimado em cerca de 50 mil toneladas por ano e permitirá aproveitar 12,5% do total de resíduos sólidos urbanos rececionados nas infraestruturas da empresa que faz o tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos nos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. Desta forma, esta concessão está a contribuir para o cumprimento dos objetivos nacionais e europeus em matéria de valorização de resíduos urbanos, e também a contribuir para reduzir a dependência energética dos combustíveis fosseis e consequentemente as emissões de gases com efeito estufa para a atmosfera.
02-03-2012	A Algar, empresa responsável pela gestão do Sistema Multimunicipal de Recolha Seletiva, Triagem e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Algarve, inaugurou uma nova unidade de compostagem de verdes, em São Brás de Alportel, duplicando a sua capacidade de tratamento de resíduos verdes, perfazendo uma capacidade total de tratamento de 20 mil toneladas por ano. A nova Unidade de Compostagem de Verdes, que se encontra inserida na instalação da Central de Valorização Orgânica, representou um investimento de 1.484 mil euros financiado pelo Fundo de Coesão.

20-03-2012	A Valnor, responsável pela recolha, triagem, valorização e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em 25 municípios (servindo uma população de 279 mil habitantes) inaugurou, no passado dia 20 de março, um sistema de aproveitamento energético do biogás produzido no Aterro Sanitário da Concavada, em Abrantes. O investimento total foi de 1,3 milhões de euros.

Fonte: Diário da República Eletrónico, AdP e ERSAR.

7.2. Sector Energético

Data	Evento
23-01-2012	O Decreto-Lei n.º 5/2012, de 23 de janeiro, procede a um aditamento ao Decreto -Lei n.º 5/2008, de 8 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de utilização dos bens de domínio público marítimo, para a produção de energia elétrica a partir da energia das ondas do mar na zona piloto delimitada e procede à alteração ao Decreto -Lei n.º 238/2008, de 15 de dezembro, que aprova as bases da concessão da exploração, em regime de serviço público, da zona piloto.
06-02-2012	O Decreto-Lei n.º 25/2012, 6 de fevereiro, suspende a atribuição de potências de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) ao abrigo do disposto nos artigos 4.º e 10.º do Decreto -Lei n.º 312/2001, de 10 de dezembro, alterado pelos Decretos -Leis n.os 33 -A/2005, de 16 de fevereiro, 172/2006, de 23 de agosto, e 118 -A/2010, de 25 de outubro.
08-02-2012	A Resolução Conselho de Ministros 13/2012 de 08-02-2012, aprovou as propostas de compra no âmbito da 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN — Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A. (REN), aprovada pelo Decreto -Lei n.º 106 -B/2011, de 3 de novembro, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do caderno de encargos anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 52 -B/2011, de 7 de dezembro.
26-03-2012	O Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26 de março, estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais.
26-03-2012	O Decreto-Lei 75/2012, de 26 de março, estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal (BTN) e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis, nomeadamente no que respeita ao relacionamento comercial e às tarifas e preços.

Fonte: Diário da República Eletrónico, ERSE e DGEG.

8. FLUXOS FINANCEIROS DAS CONCESSÕES

Os fluxos financeiros registados no sector portuário, neste período, nomeadamente as receitas para o concedente são expostas nos quadros seguintes.

8.1. Sector Portuário

Quadro 8.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros (IVA incluído)

	Sector Portuário	1T 2011				1T 2012				% Δ
		(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
		Encargos	REF	Proveitos	Saldo	Encargos	REF	Proveitos	Saldo	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	0,00	0,00	3,70	-3,70	0,00	0,00	4,28	-4,28	16%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	0,00	0,00	0,98	-0,98	0,00	0,00	0,97	-0,97	-1%
	Silos de Leixões	0,00	0,00	0,06	-0,06	0,00	0,00	0,06	-0,06	0%
	Terminal Produtos Petrolíferos	0,00	0,00	1,86	-1,86	0,00	0,00	1,65	-1,65	-11%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0,00	0,00	0,02	-0,02	0,00	0,00	0,02	-0,02	-9%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	0,00	0,00	0,19	-0,19	0,00	0,00	0,18	-0,18	-5%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,03	-0,03	11%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0,00	0,00	0,01	-0,01	0,00	0,00	0,01	-0,01	n.a
	Exploração Turística-Hoteleira	0,00	0,00	0,12	-0,12	0,00	0,00	0,12	-0,12	0%
	Exploração Restaurante e Bar	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,02	-0,02	-23%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	0,00	0,00	0,08	-0,08	0,00	0,00	0,07	-0,07	-14%
	Serviço de Reboque Aveiro	0,00	0,00	0,01	-0,01	0,00	0,00	0,02	-0,02	116%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	0,00	0,00	0,70	-0,70	0,00	0,00	0,84	-0,84	20%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	0,00	0,00	1,52	-1,52	0,00	0,00	1,82	-1,82	20%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	0,00	0,00	0,32	-0,32	0,00	0,00	0,34	-0,34	6%
	Terminal Multiusos do Beato	0,00	0,00	0,35	-0,35	0,00	0,00	0,26	-0,26	-26%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	0,00	0,00	0,23	-0,23	0,00	0,00	0,15	-0,15	-35%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	0,00	0,00	0,20	-0,20	0,00	0,00	0,18	-0,18	-10%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	0,00	0,00	0,22	-0,22	0,00	0,00	0,19	-0,19	-14%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	0,00	0,00	0,17	-0,17	0,00	0,00	0,14	-0,14	-18%
	Terminal do Barreiro	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,03	-0,03	0%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	0,00	0,00	0,08	-0,08	0,00	0,00	0,07	-0,07	-13%
	Terminal do Seixal - Baia do Tejo	0,00	0,00	0,01	-0,01	0,00	0,00	0,01	-0,01	0%
Setubal	Terminal Multiusos Zona 1	0,00	0,00	0,45	-0,45	0,00	0,00	0,46	-0,46	2%
	Terminal Multiusos Zona 2	0,04	0,00	0,78	-0,74	0,09	0,00	0,86	-0,77	5%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,08	-0,08	-11%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	0,00	0,00	0,10	-0,10	0,00	0,00	0,10	-0,10	0%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	0,00	0,00	0,02	-0,02	0,00	0,00	0,03	-0,03	n.a.
	Terminal Multipurpose de Sines	0,00	0,00	1,01	-1,01	0,00	0,00	1,08	-1,08	7%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,10	-0,10	7%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	0,00	0,00	0,16	-0,16	0,00	0,00	0,18	-0,18	10%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	0,00	0,00	1,93	-1,93	0,00	0,00	1,99	-1,99	3%
	Total	0,04	0,00	15,55	-15,51	0,09	0,00	16,34	-16,25	4,8%

Fonte: Administrações Portuárias
Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

O universo das concessões em zonas portuárias, por natureza geradoras de proveitos líquidos, permitiu ao concedente (respectivas administrações portuárias) a obtenção de 16,25 milhões de euros de rendas, com um ligeiro acréscimo face ao período homólogo (+4,8%), face ao ligeiro aumento do movimento de cargas no sector portuário.

Quadro 8.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros (IVA incluído)

	Sector Portuário	PREVISTO 2012				ACUMULADO 1T 2012				% EXEC.
		(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
		Encargos	REF	Proveitos	Saldo	Encargos	REF	Proveitos	Saldo	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	0,00	0,00	14,07	-14,07	0,00	0,00	4,28	-4,28	30%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	0,00	0,00	3,40	-3,40	0,00	0,00	0,97	-0,97	29%
	Silos de Leixões	0,00	0,00	0,20	-0,20	0,00	0,00	0,06	-0,06	30%
	Terminal Produtos Petrolíferos	0,00	0,00	6,05	-6,05	0,00	0,00	1,65	-1,65	27%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,02	-0,02	22%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	0,00	0,00	0,72	-0,72	0,00	0,00	0,18	-0,18	25%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	0,00	0,00	0,15	-0,15	0,00	0,00	0,03	-0,03	20%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,01	-0,01	33%
	Exploração Turística-Hoteleira	0,00	0,00	0,49	-0,49	0,00	0,00	0,12	-0,12	24%
	Exploração Restaurante e Bar	0,00	0,00	0,07	-0,07	0,00	0,00	0,02	-0,02	29%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	0,00	0,00	0,36	-0,36	0,00	0,00	0,07	-0,07	19%
	Serviço de Reboque Aveiro	0,00	0,00	0,10	-0,10	0,00	0,00	0,02	-0,02	20%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	0,00	0,00	2,60	-2,60	0,00	0,00	0,84	-0,84	32%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	0,00	0,00	7,05	-7,05	0,00	0,00	1,82	-1,82	26%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	0,00	0,00	1,06	-1,06	0,00	0,00	0,34	-0,34	32%
	Terminal Multiusos do Beato	0,00	0,00	0,94	-0,94	0,00	0,00	0,26	-0,26	28%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	0,00	0,00	0,72	-0,72	0,00	0,00	0,15	-0,15	21%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	0,00	0,00	0,74	-0,74	0,00	0,00	0,18	-0,18	24%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	0,00	0,00	0,72	-0,72	0,00	0,00	0,19	-0,19	26%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	0,00	0,00	0,55	-0,55	0,00	0,00	0,14	-0,14	25%
	Terminal do Barreiro	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,03	-0,03	33%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	0,00	0,00	0,33	-0,33	0,00	0,00	0,07	-0,07	21%
	Terminal do Seixal - Baia do Tejo	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,01	-0,01	33%
Setubal	Terminal Multiusos Zona 1	0,00	0,00	1,83	-1,83	0,00	0,00	0,46	-0,46	25%
	Terminal Multiusos Zona 2	0,00	0,00	3,55	-3,55	0,09	0,00	0,86	-0,77	22%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	0,00	0,00	0,40	-0,40	0,00	0,00	0,08	-0,08	20%
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	0,00	0,00	0,15	-0,15	0,00	0,00	0,10	-0,10	67%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	0,00	0,00	1,19	-1,19	0,00	0,00	0,03	-0,03	3%
	Terminal Multipurpose de Sines	0,00	0,00	4,38	-4,38	0,00	0,00	1,08	-1,08	25%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	0,00	0,00	0,40	-0,40	0,00	0,00	0,10	-0,10	25%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	0,00	0,00	0,71	-0,71	0,00	0,00	0,18	-0,18	25%
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	0,00	0,00	7,97	-7,97	0,00	0,00	1,99	-1,99	25%
	Total	0,00	0,00	61,14	-61,14	0,09	0,00	16,34	-16,25	27%

Fonte: Administrações Portuárias
Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

No final do 1º trimestre de 2012, a receita obtida representava 27% face à previsão para o total do ano.

9. CONCESSÕES - ANEXOS

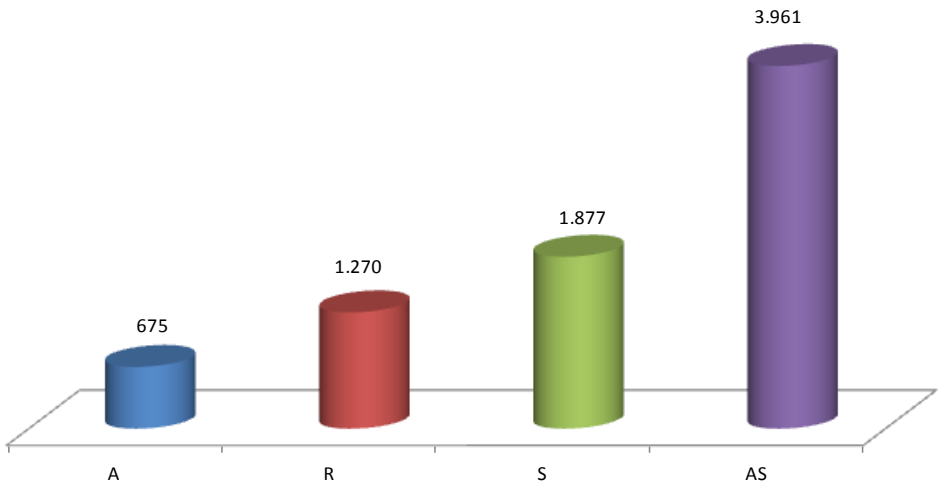
Quadro 9.1. Concessões do Sector Ambiental (Em exploração)

(*) Investimento (preços de 2012)

Sector Ambiente (Águas, Saneamento e Resíduos)	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€	
Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	91,3	AS
Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	674,5	A
Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	30	379,7	AS
Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	167,8	AS
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	538,9	AS
Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	2001	30	589,0	AS
Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	228,0	AS
Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	272,8	AS
Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2001	30	120,8	AS
Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	30	384,7	AS
Águas do Noroeste	Águas do Noroeste, SA	2010	50	843,2	AS
Águas Públicas do Alentejo	Águas Públicas do Alentejo, SA	2010	50	236,6	AS
Águas da Região de Aveiro	Águas da Região de Aveiro, SA	2010	50	108,6	AS
Algar	Algar - Valorização e Tratamento de Residuos Sólidos, SA	1996	25	90,4	R
Amarsul	Amarsul - Valorização e Tratamento de Residuos Sólidos, SA	1997	25	102,1	R
Ersuc	Ersuc -Residuos Sólidos do Centro, SA	1997	25	127,7	R
Resinorte	Resinorte - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2009	30	203,8	R
Resiestrela	Resiestrela - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2008	30	36,1	R
Resulima	Resulima Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	47,1	R
Suldouro	Suldouro Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	78,8	R
Valnor	Valnor Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2001	29	31,9	R
Valorlis	Valorlis Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	46,2	R
Valorminho	Valorminho Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	21,0	R
Valorsul	Valorsul -Val. Trat. Resíd. Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	1995	25	484,9	R
Sanest	Sanest saneamento Costa Estoril, SA	1995	25	309,5	S
Simarsul	Simarsul sist. Integrado multimunicipal de Águas e Residuos Setúbal, SA	2004	30	277,4	S
Simlis	Simlis Saneamento Integrado dos municipios do Lis, SA	2000	30	100,9	S
Simria	Simria Saneamento Integrado dos municipios da Ria de Ave, SA	2000	30	421,9	S
Simtejo	Simtejo Saneamento Integrado dos municipios do Tejo e Trancão, SA	2001	30	690,8	S
Simdouro	Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	2009	50	76,9	S

Fonte: Águas de Portugal, SA A - Abastecimento S - Saneamento R - Resíduos

Gráfico 9.1. Investimentos das Concessões do Sector Ambiental (M €) caso base*



Obs: A – Abastecimento de Água; R - Resíduos; S – Saneamento; AS – Abastecimento e Saneamento
(*) Dados atualizados a preços de 2012

Quadro 9.2. Concessões do Sector Energético

(*)Estimativas de Investimento (preços de 2012)

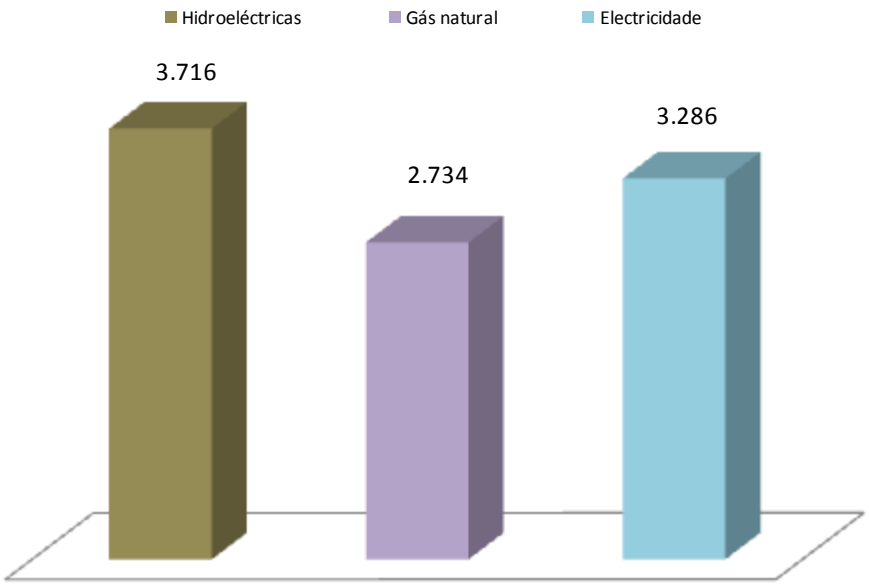
Sector ENERGIA - HÍDRICO	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento* Estimativa M€	
Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	360,4	C
Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	65	1802,0	C
Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	540,6	C
Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	272,4	C
Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	381,6	C
Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	359,3	E
Sector ENERGIA - GÁS NATURAL	**Concessionário**	**Ano**	**Prazo**	**Activo fixo Líquido* (2008) M€**	
Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	31,1	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisb	2008	40	612,6	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	306,7	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	169,4	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	325,8	E
Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	224,7	E
Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	121,8	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	73,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	70,5	E
Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	798,1	E
Sector ENERGIA - ELECTRICIDADE	**Concessionário**	**Ano**	**Prazo**	**Activo fixo Líquido* (2008) M€**	
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	1369,2	E
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1916,8	E
Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Ma	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	n.d	

Fonte: ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos / Administrações Regionais Hídricas

C- construção; E –exploração

(*) Ano de referência dos Investimentos de Gás Natural e Electricidade baseados, nos valores do ativo fixo líquido do Balanços de 2008

Gráfico 9.2. Estimativas de Investimentos por subsectores (M €) atualizados a 2012



Quadro 9.3. Concessões Portuárias

(*) Investimento (preços de 2012)

	Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa* M€
Douro e Leixões	**Terminal de Contentores de Leixões**	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	92,3
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	55,1
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	6,9
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.
Aveiro	**Terminal Sul Aveiro**	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	8,5
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	3,3
Lisboa	**Terminal de Contentores de Alcântara**	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	57	n.d.
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2001	20	81,8
	Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15	n.p.
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	9,8
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4,4
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Seixal - Baia do Tejo	Baía do Tejo,S.A.	1995	30	n.p.
Setubal	**Terminal Multiusos Zona 1**	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	14,3
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	16,5
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	1995	25	9,2
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapec - Terminais Portuários, SA	2003	25	4,5
Sines	**Terminal Contentores de Sines XXI**	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	476,5
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	203,9
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	n.d.
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	n.d.
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	n.d.

Fonte: Administrações Portuárias n.p. - não previsto; n.d. - não disponível